



PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 12ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 21 de novembro de 2017

1 Às 9h40, do dia 21 de novembro de 2017, no Auditório Capiba - Edifício Sede da
2 Prefeitura do Recife – 15º andar (Av. Cais do Apolo, 925, Bairro do Recife,
3 Recife/PE), reuniu-se o Conselho da Cidade do Recife para a 12ª Reunião Ordinária,
4 para tratar das seguintes pautas: Plano Municipal de Saneamento Básico do Recife,
5 Parecer da Câmara Técnica de Saneamento e outros informes gerais que se referem
6 às discussões das Câmaras Técnicas. Os nomes dos conselheiros presentes se
7 encontram ao final desta Ata. Após verificar o quórum com a presença de 33
8 conselheiros entre titulares e suplentes, Antônio Alexandre (Poder Público) declarou
9 aberta a plenária do Conselho. Apresentou sugestão de pauta e conduziu a
10 aprovação da ata da reunião anterior. Informou que dois conselheiros, Socorro Leite
11 (HABITAT) e Leonardo Cisneiros (DU), solicitaram informes sobre o PLHIS em
12 discussão na Câmara Técnica de Habitação e sobre temas em debate na Câmara
13 Técnica de Planejamento, no que se refere ao encerramento da contratação do Plano
14 Diretor, ocorrido recentemente. Maurício Pina (Poder Público) propôs-se a informar
15 acerca do Trigésimo Primeiro Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e
16 Ensino em Transportes – ANPET. João José da Silva (MLPC/PE) lembrou ser
17 importante incluir a apresentação do Mapeamento das Áreas Críticas na próxima
18 reunião do Conselho da Cidade, mediante as prováveis contribuições dos
19 vereadores, que se encontram analisando a Lei do Uso e Ocupação do Solo. Antônio
20 Alexandre (Poder Público) consultou se o Mapeamento poderia ser apresentado em
21 Reunião Pública específica e, assim, encaminhou a inclusão dessa proposta para os
22 encaminhamentos. Em seguida, prosseguiu com a aprovação da ata e leitura da
23 pauta. Demétrius Ferreira (Observatório de Saneamento Ambiental do Recife)
24 recomendou que o banco de dados do Mapeamento das Áreas Críticas fosse aberto
25 à sociedade civil. Antônio Alexandre (Poder Público) abriu a discussão sobre o Plano
26 Municipal de Saneamento Básico do Recife, desenvolvido pela SANEAR, então
27 Autarquia de Desenvolvimento do Município, extinta e absorvida pela Secretaria
28 Municipal de Saneamento, e pela empresa Engeconsult, que foi apreciado pela
29 Câmara Técnica de Saneamento. O conteúdo do Plano, bem como o parecer da
30 Câmara Técnica de Saneamento, está disponibilizado para os conselheiros.
31 Convidou Francisco Lopes (Poder Público) para apresentar uma síntese dos
32 conteúdos do Plano. Francisco Lopes (Poder Público) abriu a exposição fazendo
33 referência à Lei Federal do Saneamento Básico, nº 11.445/2007 e à Lei nº
34 18.208/2015, que institui a Política Municipal de Saneamento Básico. Sublinhou que
35 existe um decreto da Presidência da República que exige a elaboração e aprovação
36 do Plano Municipal de Saneamento, para viabilizar a captação de recursos federais.
37 Apresentou a linha do tempo do processo de elaboração do Plano e afirmou que o
38 saneamento básico, segundo a lei federal, inclui quatro temas principais:
39 abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem. Quanto
40 ao gerenciamento dessa política, há uma distribuição de atribuições nas instituições
41 competentes: a COMPESA é responsável pelo abastecimento de água e
42 esgotamento sanitário e a EMLURB, pela drenagem e os resíduos sólidos. A
43 SANEAR, com investimentos destinados ao esgotamento sanitário, realizou o
44 trabalho baseado em uma visão integrada de saneamento. Frisou que o Plano possui

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including names like 'el', 'Q', 'de', 'P', 'L', 'F', 'S', 'J', 'F', 'S'.

Handwritten initials 'X' and 'L' in blue ink on the left margin.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Sergio Santos' and '1'.

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 12ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 21 de novembro de 2017

89 perguntou se o Plano define metas financeiras de investimentos anuais. Em caso
90 positivo, se articulado ao PPA. Questionou a criação de mais um conselho setorial,
91 pois a discussão dessas políticas está articulada ao planejamento da cidade, não
92 devendo acontecer de forma fragmentada. Leonardo Cisneiros (DU) interpelou se o
93 Plano incorporou as deliberações da 6ª Conferência da Cidade do Recife sobre o
94 saneamento. Sandro Guedes (ADEMI/PE) perguntou sobre as perdas da água
95 tratada - se o Plano contempla indicador de desempenho para controle de
96 desperdício. Elka Porciúncula (SINDUSCON) se referiu à ligação do Plano Municipal
97 com o Plano Metropolitano e perguntou se já existe diagnóstico sobre essa
98 articulação. Antônio Alexandre (Poder Público) respondeu que todas as políticas
99 integradas têm relação com a dimensão metropolitana, e com a aprovação do
100 Estatuto da Metrópole, haverá a discussão e definição sobre a governança das
101 consideradas áreas comuns. Esse processo de discussão se encontra em curso, mas
102 afirmou haver uma lacuna sobre a efetivação de um modelo de gestão metropolitano.
103 Citou que duas áreas do saneamento integrado, que estão sob a concessão do
104 Governo do Estado de Pernambuco, o abastecimento d'água e o esgotamento
105 sanitário, dispõem para o seu gerenciamento uma PPP. Explicou que para o
106 município coube urbanizar áreas sem infraestrutura, para gerar as condições de
107 integração ao sistema. Falou sobre o percentual de perda de água, onde há um
108 esforço e prioridade da PPP para atuar na gestão do abastecimento de água, visando
109 garantir ganhos de eficiência com a redução de perdas. Sobre a questão referente às
110 metas financeiras, informou que deverão ser revistas, mas que muitas delas servirão
111 de base para a elaboração do PPA, lembrando que muitas metas orçamentárias
112 foram alvo de ajustes devido à crise que se instalou no país. Quanto à governança,
113 explicou que será alvo de debate. Explanou que a maioria das políticas públicas tem
114 um arranjo composto por: política, plano, conselho, conferência e fundo, devendo se
115 avaliar a necessidade e rever a legislação federal, estadual e municipal para articular
116 essas políticas. Informou que no caso da política de saneamento, fez-se uma
117 consulta ao Ministério das Cidades sobre a possibilidade de se efetuar essa
118 discussão no Conselho da Cidade, já que no município não se tem instituído o
119 conselho dessa política. Francisco Lopes (Poder Público) respondeu ao
120 questionamento de Leonardo Cisneiros (DU), enfatizando que o Plano incorporou as
121 deliberações da Conferência da Cidade do Recife, mais precisamente: a 03, que
122 tratava da elaboração do Plano, a 07, que tratava de educação ambiental e a 09, que
123 falava sobre criação de sistema de tratamento e reuso, inclusive para prédios
124 públicos. Sobre a questão levantada por João José da Silva (MLPC/PE), avaliou que
125 é um problema que deve ser enfrentado em longo prazo e que, anteriormente, houve
126 o acordo para que os sistemas fossem operados pelos próprios condôminos. Quanto
127 aos sistemas implantados pela SANEAR, informou que uma negociação está em
128 curso para a COMPESA operar. Em relação às questões relativas aos índices de
129 perdas, repassou que a empresa trabalha com indicadores definidos pelo Sistema
130 Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, que acompanha o índice de
131 perdas. Avaliou que em 20 anos, o horizonte temporal do Plano, haverá as condições
132 para alcançar a universalização. Posicionou-se que os sistemas isolados deveriam

erl
A

les

plf

plf

plf

plf

plf

plf

plf

Sergio Santos

plf

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 12ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 21 de novembro de 2017

133 ser trabalhados para efetivar a autogestão. Guilherme Tavares (Poder Público)
134 enfatizou que a COMPESA tem dificuldade de receber os sistemas de autogestão,
135 porém recebeu seis recentemente e que, posteriormente, deverão ser repassados
136 mais dois para a operação desse órgão. Informou que alguns desses sistemas
137 deverão ser descartados com a ampliação do sistema de esgoto da cidade. Sobre as
138 perdas de água, segundo conceituação do SNIS, esta tem relação com as perdas
139 referentes ao uso social e que não são cobradas pela COMPESA, assim boa parte da
140 água que é tratada não é faturada. O índice de 60% tem a ver com o uso social e não
141 somente com desperdício. Socorro Leite (HABITAT) defendeu não ser necessária a
142 criação do conselho de saneamento quando existe o conselho da cidade. Observou
143 que nas cidades onde não existe o conselho da cidade essa temática é absorvida
144 pelo Conselho de Meio Ambiente. Solicitou que essa questão fosse revista no Plano
145 Diretor da cidade. Leonardo Cisneiros (DU) enfatizou a importância de se trabalhar
146 com a visão integrada do planejamento. Exemplificou que em outras cidades ocorreu
147 a absorção do conselho de saneamento como membros natos da câmara técnica do
148 conselho da cidade. Perguntou se o Plano de Drenagem está incorporado a essa
149 discussão, e se existe uma previsão para articular a discussão. Socorro Leite
150 (HABITAT) indagou se está prevista a posse do conselho de saneamento, sugerindo
151 que seja suspensão, considerando a discussão do momento. João José da Silva
152 (MLPC/PE) colocou que sua preocupação se refere aos sistemas de
153 autofuncionamento e quem, de fato, assumirá esse ônus. Guilherme Tavares (Poder
154 Público) colocou que participará de uma reunião com a COMPESA ainda nesta
155 semana para tratar da questão. João José da Silva (MLPC/PE) alertou que o Plano
156 de Saneamento não resolve o problema da cidade, pois a problemática não se
157 resume ao sistema condominial. Advertiu que a construção desses sistemas foi feita
158 sem que houvesse trabalho de autogestão com os moradores. Norah Neves (Poder
159 Público) observou que os conjuntos habitacionais do Recife e também da Região
160 Metropolitana têm problemas de operação nos sistemas de esgoto. No momento,
161 essa questão está em discussão no PLHIS, e deverá ser contemplada nesse Plano.
162 Disse que se está trabalhando na regularização dos conjuntos, o que significa um
163 mecanismo para estimular o sentimento do pertencimento do cidadão com a sua
164 moradia. Avaliou que o Plano deve conter várias alternativas para a sustentação do
165 sistema de esgoto, a exemplo das soluções de reuso de água. Informou que o PLHIS
166 se encontra em processo de discussão desde o ano passado e que, na próxima
167 quinta-feira, dia 23/11/17, haverá reunião, em dois expedientes, para avançar na
168 elaboração do Plano. Lembrou que a SESAN tem assento na Câmara de Habitação
169 do Conselho da Cidade, sendo importante a integração desses Planos. Luciana Félix
170 (Poder Público) fez referência ao ingresso de Cida Pedrosa (Poder Público), que
171 representa a Secretaria da Mulher no Conselho da Cidade. Sobre a questão
172 levantada por Socorro Leite (HABITAT), que trata da exigência de implantar o
173 conselho de saneamento, a SESAN consultou o Ministério das Cidades e orientou
174 que não existe obrigação explícita para implantar um conselho setorial quando há um
175 conselho da cidade no município. Norah Neves (Poder Público) solicitou a palavra
176 para acrescentar informações sobre o grupo de trabalho de saneamento na 6ª

el
R

liff
G

J

Sergio Santos



PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 12ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 21 de novembro de 2017

177 Conferência da Cidade do Recife de 2016, confirmando que o Plano incorporou as
178 deliberações desta. José Fernandes (Poder Público) colocou que o debate na
179 Câmara Técnica de Saneamento considerou a integração das diversas políticas
180 setoriais e sua relação com o Plano Diretor. A Câmara de Saneamento vem fazendo
181 ao longo do ano, os debates sobre os Planos de Drenagem e de Saneamento, onde
182 considerou que este já está mais maduro para apresentar ao Conselho. Destacou
183 que o Plano de Saneamento prevê que o conteúdo relativo aos componentes da
184 drenagem e de resíduos sólidos seja detalhado em seus planos setoriais próprios,
185 que se encontram em andamento. Aproveitou a oportunidade para convidar os
186 conselheiros a participarem da próxima reunião da Câmara Técnica de Saneamento,
187 para tratarem do Plano de Drenagem que abrange vários aspectos que se relacionam
188 ao uso do solo e ao meio ambiente. Informou que a Câmara se preocupou com o
189 procedimento de encaminhamento do parecer para o Plenário do Conselho, uma vez
190 que esse está sendo o primeiro parecer emitido pela Câmara com o indicativo de
191 aprovação do Plano Municipal de Saneamento. Afirmou que o material produzido de
192 diagnóstico e proposições na elaboração dos planos setoriais deverá contribuir para
193 as discussões do Plano Diretor. Antônio Alexandre (Poder Público) verificou que não
194 houve contestação com relação à aprovação do Plano, devendo esse ser
195 encaminhado ao Prefeito Geraldo Julio, para decretar a sua aprovação. Consultou
196 formalmente a plenária sobre a aprovação do Plano, sendo este aprovado por
197 unanimidade. Em seguida, passou para os informes das Câmaras Técnicas. Norah
198 Neves (Poder Público) iniciou com os informes da Câmara de Habitação. Antes da
199 apresentação de Norah Neves, Antônio Alexandre (Poder Público) informou que
200 ainda há tempo para realizar uma reunião do Conselho da Cidade ainda esse ano.
201 Norah Neves (Poder Público) iniciou com a apresentação de um balanço das
202 reuniões realizadas pela Câmara Técnica de Habitação, onde houve: 38 mobilizações
203 para reuniões, e, de fato, ocorreram 30 reuniões. Fez uma síntese das realizações da
204 referida Câmara: aprovação de seis novos conjuntos habitacionais para execução, o
205 que significa uma boa perspectiva para 2018 e a linha de financiamento aberta pelo
206 Ministério das Cidades para melhoria habitacional, onde serão distribuídos 1065
207 cartões reforma, cujas áreas foram escolhidas no fórum do PREZEIS (Vila União,
208 João de Barros, Apipucos, Aritana, Barbalho, Santa Marta e Ayrton Senna). Socorro
209 Leite (HABITAT) perguntou sobre os próximos passos de elaboração do Plano e
210 quando será a apresentação na plenária para deliberação. Leonardo Cisneiros (DU)
211 indagou se o site do Conselho da Cidade tem o relatório das escutas. Norah Neves
212 (Poder Público) explicou que o relatório das escutas foi liberado para os conselheiros
213 da Câmara e que algumas questões foram ajustadas, devendo na próxima semana
214 ser publicado no site. Respondeu a Socorro Leite (HABITAT) que o PLHIS deverá ser
215 concluído em dezembro, e que na próxima quinta-feira, dia de reunião da Câmara
216 Técnica de Habitação, essa questão será amadurecida. Socorro Leite (HABITAT)
217 perguntou sobre o dimensionamento das metas físicas e financeiras, pois essa
218 discussão deve ser feita antes da apresentação do Plano ao Conselho. Repassou-se
219 que empresa apresentou um exercício desse componente do Plano, mas que faltava
220 definir as metas físicas para compatibilizar as metas financeiras, ponto de pauta da

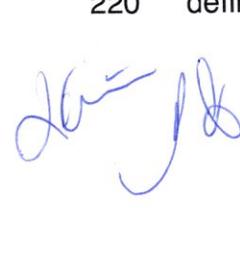
ul
A


















CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 12ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 21 de novembro de 2017

221 próxima reunião - debate das metas e dimensionamento dos custos financeiros. A
222 Câmara Técnica de Habitação poderá solicitar uma reunião do Conselho ainda este
223 ano para apresentar as discussões sobre as metas e os custos referentes à
224 habitação. Antônio Alexandre (Poder Público) deu a palavra para João Domingos
225 (Poder Público), coordenador da Câmara Técnica de Planejamento Controle Urbano
226 e Meio Ambiente, que resumiu as ações da referida Câmara, como as discussões do
227 EIV e do Plano Santo Amaro Norte. Disse que foram poucas as contribuições
228 encaminhadas, mas que estão sendo sintetizadas. Informou que o processo de
229 contratação do POT está finalizado e já existe uma empresa vencedora - um
230 consórcio da JW-Urbana com a Diagonal Urbana. Propôs realizar uma reunião do
231 Conselho para fazer apresentação do TR e abrir as discussões sobre o tema,
232 podendo ser feita em uma reunião pública. Informou que o Projeto Centralidades
233 concluiu o diagnóstico e solicitou uma reunião pública para apresentação desse
234 produto. Quanto ao Plano Centro Cidadão, este se encontra na fase de revisão do
235 relatório final, referente à área em torno da UNICAP. Antônio Alexandre (Poder
236 Público) perguntou se Leonardo Cisneiros (DU) gostaria de explicitar seus
237 questionamentos sobre o processo de contratação da empresa para elaboração do
238 POT. Leonardo Cisneiros (DU) reafirmou seus questionamentos sobre a importância
239 de apresentar a discussão no Conselho, desta forma, seria necessário solicitar o
240 material da empresa vencedora e a proposta técnica. Observou que no TR há pouca
241 referência à questão da moradia e das áreas ZEIS. Com relação ao Plano Santo
242 Amaro Norte, cobrou a resposta da gestão junto ao MP. Antônio Alexandre (Poder
243 Público) explicou que a Prefeitura da Cidade do Recife já efetivou a resposta ao MP e
244 que o Plano para o Quadrilátero Norte de Santo Amaro está em elaboração no ICPS.
245 Informou, também, que o Poder Executivo buscou fontes de recursos para elaborar o
246 POT, que a consultoria foi contratada como suporte técnico, mas que está submetida
247 à coordenação do Poder Público. Ressaltou que no momento, a primeira fase de
248 contratação foi finalizada, mas que ainda falta a conclusão de outras etapas do
249 processo de contratação. Explicou que o andamento desse contrato é da
250 responsabilidade do Executivo e o contrato, contém cláusulas e exigências dos
251 agentes financiadores. Quanto ao Plano de Trabalho, deverá ser acertado entre o
252 Executivo e a empresa contratada e posto em discussão na Câmara Técnica de
253 Planejamento. No que se refere às recomendações do MP, informou que os pontos
254 foram respondidos, porém, a Procuradoria que representa a Prefeitura da cidade do
255 Recife solicitou prorrogação para reunir as informações necessárias aos
256 questionamentos. As respostas que couberam à SEPLAN foram encaminhadas
257 rapidamente. Sobre a questão do Plano Santo Amaro Norte, há uma recomendação
258 do MP sobre o cumprimento das etapas previstas, cujas respostas já foram dadas.
259 Glória Brandão (Poder Público) propôs que a secretaria do Conselho da Cidade
260 solicitasse à Procuradoria resposta para sua publicização. Com referência aos
261 questionamentos feitos sobre o Plano Santo Amaro Norte, reafirmou que as
262 respostas foram dadas. Explicou-se que esses Planos são de regulamentação e não
263 urbanísticos. O Plano de regulação é feito mediante a articulação de vários órgãos
264 responsáveis por políticas finalísticas. Sobre o Plano Quadrilátero de Santo Amaro,

del
CA

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Sergio Santos

[Multiple handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 12ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 21 de novembro de 2017

265 indagado por Leonardo Cisneiros (DU), Antônio Alexandre (Poder Público) colocou
266 que alguns estudos estão sendo feitos. Socorro Leite (HABITAT) perguntou sobre a
267 discussão da proposta de metodologia participativa do Plano Diretor, e sugeriu que
268 essa discussão deveria ser feita no Conselho ainda este ano, pois o próximo é o ano
269 limite para elaboração do PD. João Domingos (Poder Público) colocou que também
270 defende essa proposta de iniciar a discussão da metodologia participativa do Plano
271 Diretor com o Conselho da Cidade ainda esse ano, carecendo, em seguida, da
272 abertura de um prazo para considerações, para em janeiro se poder terminar a
273 proposta que deverá conduzir o processo participativo. Sandro Guedes (ADEMI)
274 avaliou que a metodologia para participação do conselho já vem sendo discutida, e
275 que o importante é abrir prazo para sugestões dos conselheiros. Antônio Alexandre
276 (Poder Público) trouxe a formulação de duas questões a serem tratadas pelo
277 Conselho, uma relacionada à metodologia participativa do Plano Diretor e outra
278 referente à pauta para discussão e aprovação do Plano de Habitação no Conselho.
279 Informou que existe uma data pré-reservada para o dia 19.12.17, onde deverá ser
280 escolhido um tema de discussão. Lembrou que se encontra entre os pontos de pauta
281 a serem tratados o Plano do Quadrilátero de Santo Amaro. Cida Pedrosa (Poder
282 Público) informou que na Secretaria da Mulher está se discutindo a equidade de
283 gênero sobre a inclusão da mulher no Plano Diretor. A Secretaria realizou um
284 seminário e três escutas populares, quando se observou a existência de propostas
285 efetivas do recorte de gênero considerando a equidade de gênero e planejamento
286 urbano. Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE) lembrou que a participação das várias
287 Câmaras no Plano é muito importante, como também, a visão metropolitana no POT.
288 Antônio Alexandre (Poder Público) perguntou se as Câmaras Técnicas de Mobilidade
289 e Patrimônio têm informes a serem repassados. Lorena Veloso (Poder Público),
290 representante da Câmara de Patrimônio, informou que a próxima reunião deverá dar
291 continuidade à discussão sobre os Instrumentos Urbanísticos. Sideney Schreiner
292 (Poder Público) colocou que a Câmara Técnica de Mobilidade vem acompanhando
293 todo o processo de elaboração do Plano de Mobilidade e que, na última reunião, a
294 discussão se pautou sobre a Política de Mobilidade, devendo ser feito, em seguida, o
295 parecer final para apresentação ao Conselho da Cidade. Ressaltou a importância dos
296 conselheiros participarem da Câmara Técnica, para garantir a qualidade do Plano.
297 Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE) perguntou se a segurança urbana está sendo
298 discutida no Plano. Antônio Alexandre (Poder Público) respondeu que esse tema é
299 tratado como questão transversal e a abordagem deve ser tratada mais efetivamente
300 no recorte de gênero. Cida Pedrosa (Poder Público) informou que essa questão
301 também foi discutida no Plano de Mobilidade. Ronaldo Coelho (HABITAT) perguntou
302 se no dia 19.12.17 haveria condições de haver reunião onde seriam abordados os
303 três temas. Antônio Alexandre (Poder Público) colocou que talvez não seja possível,
304 pois a Câmara Técnica solicitou a agenda, porém podem discutir os outros temas.
305 Leonardo Cisneiros (DU) propôs que se faça uma apresentação da metodologia
306 participativa do Plano Diretor, e que na próxima reunião do Conselho, em janeiro, o
307 tema seja posto para deliberação. Ronaldo Coelho (HABITAT) colocou que essa
308 mesma lógica seja adotada para o PLHIS. Antônio Alexandre (Poder Público) enfatizou

el

Gr

#



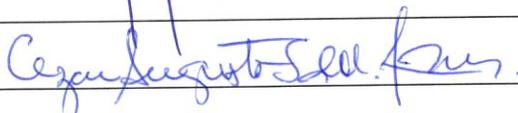
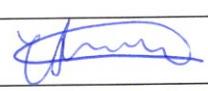
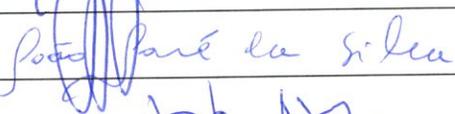
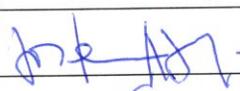
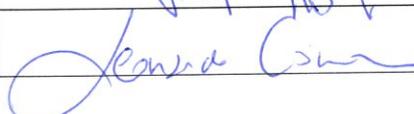
#

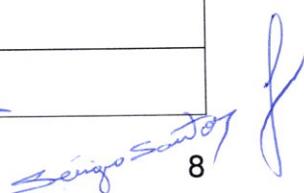


Sergio Santos

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 12ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 21 de novembro de 2017

309 a proposta de encaminhamento de que, ainda em dezembro, se faça a apresentação
 310 do PLHIS e da metodologia participativa do Plano Diretor. A reunião foi encerrada às
 311 12h25. Sem mais nada a acrescentar, eu, Maria Socorro Cavalcanti, lavrei a presente
 312 Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 21 de novembro de 2017.

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Alexandre Pachêco (CENDHEC)	
Alexandre Sávio (Poder Público)	
Ana Cláudia Mota (Poder Público)	
Antônio Alexandre (Poder Público)	
Brena Paes Barreto (FECOMERCIO)	
Cezar Augusto (Poder Público)	
Chico Kiko (Poder Público Legislativo)	
Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE)	
Emília Avelino (Poder Público)	
Eugênia Simões (Poder Público)	
Eurídice Andrade (AMPAC)	
Fernando de Alcântara (Poder Público)	
Fernando de Holanda (RAPS)	
Flávio Campos (Poder Público)	
Glória Brandão (Poder Público)	
Inamara Melo (Poder Público)	
João Domingos Azevedo (Poder Público)	
João José da Silva (MLPC/PE)	
José Fernandes Júnior (Poder Público)	
Leonardo Cisneiros (DU)	


 8



PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 12ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 21 de novembro de 2017

Lorena Veloso (Poder Público)	
Luciana Félix (Poder Público)	Luciana Félix
Marcela Paiva (Poder Público)	MPS Guimaraes
Maria Aparecida Pedrosa (Poder Público)	
Maurício Pina (Poder Público)	Maurício Pina
Noé Sérgio (IAB/PE)	Noé Sérgio (IAB/PE)
Norah Neves (Poder Público)	
Ronaldo Coelho (HABITAT)	Ronaldo Coelho
Sandra Pires (OAB/PE)	
Sandro Guedes (ADEMI/PE)	
Sérgio dos Santos (ABES)	Sérgio Xavier dos Santos
Sideney Schreiner (Poder Público)	
Socorro Leite (HABITAT)	Socorro Leite

ERRATA

Na página 2, linha 87 onde se lê CEHAB, leia-se SEHAB.

Assina, 

Maria do Socorro Cavalcanti